ISSN: 2358-8829

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA A PRÁTICA DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Lorena de Fátima Coelho Guerra [1]
Agercicleiton Coelho Guerra [2]

1 INTRODUÇÃO

A crise socioambiental contemporânea não se configura como um evento isolado ou estritamente biológico, mas como a manifestação visível de uma crise civilizatória e de um modelo de desenvolvimento que esgota os limites biofísicos do planeta. Diante desse cenário de degradação ecológica e acirramento das desigualdades sociais, a educação sobressai-se como um campo indispensável para a reflexão e para a construção de respostas às demandas da sustentabilidade. Contudo, a Educação Ambiental (EA) que predominantemente adentrou os espaços escolares e comunitários ao longo das últimas décadas manteve-se, em grande medida, refém de perspectivas tradicionais, conservacionistas e comportamentalistas.

Essas abordagens instrumentais tendem a reduzir a questão ambiental à transmissão de conteúdos prescritivos e a ações pontuais, tais como a coleta seletiva ou a economia individual de recursos. Ao transferir a responsabilidade da crise ecológica exclusivamente para o indivíduo e desconsiderar as determinações macroestruturais do modo de produção capitalista e da racionalidade mercantil, a Educação Ambiental tradicional atua como um paliativo que despolitiza o debate e mascara as reais causas da degradação do planeta.

Em contraposição a esse viés reducionista, consolida-se o campo da Educação Ambiental Crítica. Ancorada em fundamentos éticos, políticos e ontológicos, essa vertente sustenta que a transformação das relações socioambientais é indissociável da superação da neutralidade pedagógica e da emancipação humana. Para fundamentar uma práxis educativa capaz de tencionar a realidade, faz-se necessário articular o pensamento pedagógico libertador e dialógico de Paulo Freire (2016) às formulações da ecologia política e da sociologia ambiental, integrando as reflexões sobre a Racionalidade Ambiental de Enrique Leff (2006), a

[1]Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Educação e Ensino (UECE). Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (Evolução). Pedagoga (FAVENI). Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia (UECE). Professora da rede municipal de ensino de Fortaleza. lorena.guerra@aluno.uece.br.
[2]Professor Adjunto da Universidade Federal do Ceará. Graduado em Pedagogia (UFC), Mestre em Educação Brasileira (UFC) e Doutor em Educação (UECE). ageguerra@ufc.br.

ISSN: 2358-8829

cartografia de correntes de Lucie Sauvé (2005), o referencial do materialismo histórico de Carlos Frederico Loureiro (2004) e Mauro Guimarães (2006), bem como os debates sobre subjetividade, ética e representações sociais desenvolvidos por Marcos Reigota (2009) e Isabel Carvalho (2012).

Apesar da densidade e da consistência desse arcabouço teórico, observa-se um fosso significativo entre o discurso crítico e a sua efetiva materialização nos contextos educativos institucionais e comunitários. Desafios como o engessamento curricular, a fragmentação do conhecimento em disciplinas isoladas, as lacunas na formação docente e a manutenção da visão dicotômica entre sociedade e natureza constituem barreiras severas para a consolidação de uma prática pedagógica reflexiva e alinhada aos princípios da Justiça Ambiental.

Diante desse panorama, o presente estudo problematiza as limitações da Educação Ambiental tradicional e investiga de que modo os referenciais epistemológicos da vertente Crítica fornecem subsídios para superá-las. O objetivo geral consiste em analisar os aportes teóricos e metodológicos que fundamentam uma Educação Ambiental Crítica, identificando suas principais contribuições para a formação de sujeitos autônomos e os desafios inerentes à sua transição para a práxis cotidiana.

Para alcançar tais objetivos é oferecido um quadro conceitual sistematizado, o artigo está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução. A segunda seção detalha os procedimentos metodológicos do levantamento e da análise bibliográfica. A terceira seção apresenta os Resultados e a Discussão, subdividida no exame crítico dos limites da abordagem tradicional, na fundamentação epistemológica da vertente crítica, nos desafios para a práxis escolar e nos horizontes de transformação e justiça ambiental. Por fim, as Considerações Finais sintetizam as conclusões da pesquisa e indicam direcionamentos para estudos futuros.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Para atingir os objetivos propostos, adotou-se um procedimento sistematizado para o levantamento, seleção e análise do acervo teórico sobre as contribuições e os entraves da Educação Ambiental no contexto contemporâneo.

A busca pelo material bibliográfico foi realizada nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, considerando produções publicadas entre 2015 e 2025. Utilizaram-se como

ISSN: 2358-8829

descritores as seguintes palavras-chave e suas combinações em português: "Educação Ambiental Crítica", "Transformação Social", "Desenvolvimento Sustentável" e "Práxis Emancipadora", combinadas por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Como critérios de inclusão, estabeleceram-se artigos completos disponíveis na íntegra, publicados em periódicos avaliados por pares e que abordassem diretamente os fundamentos epistemológicos ou as práticas da Educação Ambiental. Foram excluídos trabalhos duplicados, resumos de eventos, teses/dissertações e estudos que tratavam a Educação Ambiental exclusivamente sob a perspectiva conservacionista ou comportamentalista tradicional.

O levantamento inicial resultou em 142 trabalhos (88 no Google Acadêmico e 54 na SciELO). Após a remoção de duplicatas (18 trabalhos) e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão mediante a leitura de títulos e resumos, 32 artigos foram pré-selecionados. Desse total, 8 trabalhos foram descartados por não apresentarem aderência direta ao eixo da Educação Ambiental Crítica após a leitura na íntegra, resultando em um corpus analítico final composto por 24 artigos científicos, além das obras teóricas de referência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização do corpus analítico permitiu organizar os achados da literatura em eixos fundamentais que evidenciam desde a crítica aos limites da Educação Ambiental tradicional até a consolidação da vertente Crítica como práxis emancipadora. A seguir, aprofundam-se as categorias teóricas emergentes dessa análise.

3.1 Os Limites da Educação Ambiental Tradicional e Instrumental

A análise da literatura científica evidencia a predominância histórica de práticas de Educação Ambiental (EA) pautadas por uma visão ingênua, comportamentalista e reducionista. Essa vertente tradicional opera fundamentalmente sob a lógica da transmissão de informações técnicas e prescritivas, como o estímulo à reciclagem, a economia doméstica de água e ações pontuais em datas comemorativas, transferindo ao indivíduo a responsabilidade exclusiva pela mitigação da degradação ambiental.

Conforme apontam os referenciais críticos da área, como Loureiro (2004) e Guimarães (2006), essas abordagens instrumentais atuam como paliativos que mascaram as determinações macroestruturais da crise ecológica. Ao despolitizar o debate socioambiental, a

ISSN: 2358-8829

EA tradicional omite que o esgotamento dos limites biofísicos do planeta é resultado direto do modelo de produção capitalista e da racionalidade mercantil hegemônica. A literatura ratifica que a simples mudança de comportamentos individuais, desprovida de reflexão crítica sobre as assimetrias sociais, o consumo de massa e as relações de poder, é insuficiente para enfrentar a complexidade da crise civilizatória contemporânea.

3.2 A Fundamentação Teórico-Epistemológica da Educação Ambiental Crítica

Em contraposição ao modelo reducionista, a literatura mapeada ratifica a Educação Ambiental Crítica como um campo teórico e político ontologicamente fundado. A sustentação dessa vertente exige o diálogo interdisciplinar entre a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire (2016) e os aportes epistemológicos da ecologia política e da sociologia ambiental.

Nessa articulação, a práxis freiriana fornece o suporte metodológico central ao conceber a educação como um ato político, dialógico e conscientizador, indissociável da busca pela autonomia dos sujeitos. Esse arcabouço conecta-se diretamente à Racionalidade Ambiental proposta por Enrique Leff (2006), que questiona a supremacia da racionalidade econômica e defende a construção do saber ambiental como uma reapropriação social da natureza e dos territórios.

Complementarmente, a cartografia de correntes elaborada por Lucie Sauvé (2005) permite situar a vertente crítica e emancipatória como uma abordagem voltada à transformação das realidades sócio ecológicas locais. Essa perspectiva é adensada pelas contribuições de Carlos Frederico Loureiro (2004) e Mauro Guimarães (2006), que articulam a Educação Ambiental ao materialismo histórico-dialético, alertando para as armadilhas do paradigma tradicional e propondo metodologias reflexivas para desconstruir a pretensa neutralidade pedagógica no cotidiano escolar. Por fim, as reflexões de Marcos Reigota (2009) e Isabel Carvalho (2012) sobre as representações sociais e a constituição do "sujeito ecológico" reforçam que a formação ambiental crítica envolve a dimensão ética, a cidadania ativa e a transformação das subjetividades.

A convergência desses referenciais demonstra que a transformação real do espaço educativo exige superar o mito da neutralidade pedagógica. A conscientização socioambiental não é um processo mecânico de assimilação de dados científicos, mas uma tomada de posição ética e política diante do mundo, em que o sujeito se reconhece como agente histórico capaz de intervir em sua realidade.

ISSN: 2358-8829

3.3 Desafios para a Implementação e a Práxis nos Espaços Educativos

Apesar da consolidação teórica da vertente crítica, os estudos analisados revelam entraves severos para a sua materialização nas práticas pedagógicas cotidianas. O principal desafio reside no engessamento das estruturas institucionais e curriculares, que frequentemente mantêm o conhecimento compartimentado em disciplinas isoladas e priorizam abordagens meramente utilitaristas.

Diante disso, a literatura destaca a necessidade urgente de extrapolar os limites físicos da sala de aula, construindo pontes sólidas entre a escola e a comunidade. A transição para uma práxis efetivamente crítica exige, em primeiro lugar, a superação do binarismo entre sociedade e natureza, de modo a compreender o meio ambiente não como um cenário externo a ser contemplado de forma abstrata, mas como um espaço dinâmico atravessado por relações sociais, culturais e políticas. Paralelamente, torna-se indispensável investir na reformulação da formação docente, oferecendo aos educadores subsídios teóricos e metodológicos consistentes para que superem a reprodução de práticas comportamentalistas e saibam problematizar a realidade do entorno escolar. Por fim, esse movimento requer a consolidação da interdisciplinaridade e da dialogicidade nos Projetos Político-Pedagógicos, garantindo a inserção contínua da dimensão ambiental e estimulando o protagonismo dos estudantes no diagnóstico e enfrentamento dos conflitos socioambientais locais.

Por fim, a síntese do corpus analítico indica que a Educação Ambiental Crítica deve estar intrinsecamente alinhada aos princípios da Justiça Ambiental e da ética da alteridade. Os achados reforçam que a degradação ecológica não afeta a população de maneira uniforme ou neutra. Pelo contrário, a distribuição dos ônus socioambientais, como a contaminação do solo e das águas, a exposição a resíduos perigosos e a vulnerabilidade frente aos eventos climáticos extremos, incide desproporcionalmente sobre os grupos historicamente marginalizados. A literatura evidencia que a reprodução das assimetrias sociais no uso e na apropriação do território configura o que se conceitua como racismo ambiental, fenômeno no qual populações de menor renda, comunidades tradicionais e grupos etnicorraciais vulnerabilizados arcam com os custos ecológicos do modelo de desenvolvimento hegemônico.

Nesse cenário, a Educação Ambiental Crítica assume um papel pedagógico e político central ao desnaturalizar essas iniquidades. A transição de um olhar contemplativo para uma postura transformadora exige reconhecer que a luta pelo equilíbrio ecossistêmico é indissociável da luta pela justiça social e pelos direitos humanos. Sob a perspectiva da ética da alteridade, o ato educativo passa a contemplar o outro, não apenas o semelhante humano, mas

ISSN: 2358-8829

também as futuras gerações e a própria teia da vida, como sujeito de direitos, rompendo com a visão antropocêntrica utilitarista que coisifica a natureza e mercantiliza os bens comuns.

Diante disso, a práxis da Educação Ambiental Crítica reafirma seu compromisso político ao fornecer ferramentas teóricas e metodológicas para o empoderamento comunitário e a gestão democrática dos territórios. Ao valorizar os saberes locais, os modos de vida tradicionais e a territorialidade das comunidades, o processo educativo fortalece a autonomia dos sujeitos para enfrentarem as pressões da racionalidade mercantil. Essa articulação promove a construção de valores pautados em uma sustentabilidade radical, na qual o desenvolvimento deixa de ser medido pelo crescimento econômico ilimitado e passa a ser concebido como a garantia das condições materiais, culturais e ecológicas necessárias para a reprodução digna da vida em todas as suas manifestações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo atingiu seu objetivo ao caracterizar o panorama da Educação Ambiental no contexto contemporâneo, demonstrando a urgência de transitar das abordagens instrumentais para a vertente Crítica. Os resultados apontam que a consolidação de uma práxis pedagógica emancipadora depende da integração indissociável entre ética, política e ecologia, superando visões simplistas da conservação da natureza. Evidenciou-se que as práticas tradicionais, focadas estritamente em mudanças comportamentais pontuais, mostram-se insuficientes para responder à complexidade das crises socioambientais da atualidade.

A articulação entre a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire (2016) e as reflexões da Educação Ambiental Crítica ratifica que a formação cidadã exige sujeitos autônomos e capazes de tensionar o padrão societário vigente. A superação dos entraves identificados na literatura passa, portanto, pela valorização de metodologias dialógicas e interdisciplinares na formação docente e na estruturação curricular. Torna-se fundamental que os cursos de formação de professores incorporem a dimensão ambiental como um eixo transversal e politizado, preparando os educadores para desconstruir a pretensa neutralidade pedagógica no cotidiano escolar.

A integração dos referenciais analisados demonstra que a superação da crise socioambiental requer o reconhecimento das dimensões históricas e culturais que moldam as relações entre a sociedade e a natureza. Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica firma-se

ISSN: 2358-8829

como um instrumento de resistência e reconexão, valorizando os saberes locais e estimulando o engajamento comunitário na busca por justiça ambiental.

A relevância desta pesquisa reside em sistematizar um corpus teórico denso e oferecer um quadro conceitual organizado para educadores e pesquisadores da área. Como desdobramento deste trabalho, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas empíricas que analisem experiências pedagógicas reais, investigando de que maneira os princípios da Educação Ambiental Crítica têm sido tencionados e vivenciados nas salas de aula e em projetos comunitários. Almeja-se, por fim, que este arcabouço estimule o fortalecimento de políticas educacionais e práticas comunitárias efetivamente comprometidas com a transformação social e com a defesa da vida em todas as suas manifestações.

5 AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares e amigos, pelo apoio incondicional, escuta atenta e compreensão durante todas as etapas de elaboração desta pesquisa. Aos educadores, pesquisadores e pensadores da Educação Ambiental Crítica, cujos aportes teóricos e práxis engajada continuam a fundamentar caminhos para uma educação libertadora e socioambientalmente justa. À Universidade Estadual do Ceará, pela oportunidade de formação e fomento ao debate acadêmico transformador.

6 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** 10. ed. Campinas: Papirus, 2006.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e desafios da educação ambiental crítica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ISSN: 2358-8829

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). **Educação ambiental:** pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.